

O Congresso somos nós

Edevaldo Alves da Silva

A crise brasileira, quem diria, acabou no Parlamento.

No auge do *chienlit* em que se transformou o tiroteio, a princípio tímido, de Governo e empresários, sobrou para o Legislativo. E o cronograma da tão (mal) falada crise brasileira, apresentando as primeiras fraturas visíveis no sistema político brasileiro, desde há muito, deságua agora em dois portos (não tão) seguros: a ineficiência fiscalizadora da máquina e a (constrangedora) corrupção generalizada.

Pretender-se aprofundar politicamente os repetidos agravos, sejam oriundos do Governo, sejam da sociedade civil, diretamente ou por meio de seus porta-vozes, é atitude que deve ser meditada por seus autores.

Quando muitos criticam o Congresso Nacional como responsável pelos males da República, há que se referir ao trabalho atuante das comissões legislativas, de inquérito e do plenário, ressaltando-se que essas críticas fáceis não observam que toda a estrutura democrática, que permite inclusive essa crítica injusta, repousa nas árduas batalhas políticas e de caráter sócio-econômico, que tem como palco o Senado e a Câmara dos Deputados.

É esse o papel do Legislativo! É o espírito do contraditório que lastreia o Congresso. É na diversidade, na multiplicidade e na pluralidade de posições políticas, filosóficas, ideoló-

gicas e programáticas que está o porquê do sistema representativo e cameral.

Fora do âmbito das ditaduras, que suprimem as liberdades públicas e individuais, que se inspiram na improvisação dos objetivos, e que geram constante intranquilidade nos vários segmentos da sociedade, o regime democrático, de consagração das liberdades e do Estado de Direito, tem exatamente o Congresso como seu principal suporte institucional.

Resumo: não tão bom com ele. Impensável sem ele.

Derrogar-lhe a responsabilidade e insultar a democracia.

Vilipendiar-lhe a responsabilidade é destituir a Constituição de que é fiador.

Por isso mesmo, cabe ao Congresso lutar por sua independência e fugir de qualquer tipo de barganha que lhe amesquinhe a majestade.

Entendimento com responsabilidade é uma coisa. Outra é entendimento já marcado por decisões antecipadas da parte contrária.

O pranteado Alkmin (José Maria, o mineiro) afiançava com sua *boutade* de efeito, que reunião é aquilo que acontece depois do assunto (político) resolvido. Mas era apenas um jogo de cena. Ou de efeito, como queiram.

O Congresso — e assim deve ser aceito pelos arautos do poder central — é o povo no poder.

Não existiriam partidos sem o Congresso, porquanto é nele que as legendas encontram sua expressão política e eleitoral, e é nele que o po-

vo-eleitor encontra sua identidade.

Diante de tal projeção, qualquer posição equívoca do Legislativo, que o torne, perante qualquer forma de pressão, rebanho e não pastor, pecador e não sacerdote, reflexo de “poderes” maiores, e não líder da opinião nacional, pode fazer com que perca essa sua identificação histórica de guardião dos interesses desse mesmo povo. E do País.

A independência dos poderes não quer dizer “cada um por si”, porém cada qual assumindo com dignidade o papel que a Constituição determina, de modo que a soma das responsabilidades seja a soma das aspirações de toda a sociedade civil.

São conceitos básicos (e tanto se fala em “bases”) que devem estar presentes no exato momento em que se discute a antecipação duma revisão constitucional, plebiscitária ou não.

Discutir-se-á sistema de governo, forma de governo, regime de governo.

Antes de nada, infira-se que o processo dessa revisão passa pelo Congresso, e a conclusão é óbvia: Valorize-se o Legislativo na medida em que ele dará seu aval, chancela e reconhecimento político, legal e explícito aos projetos que visam a aperfeiçoar o País.

O contrário seria partirmos para a guerra da modernidade, montados em lombo de burro...

■ Edevaldo Alves da Silva é deputado pelo PDS de São Paulo e vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara